

# Cidades digitais: melhorias e custos inesperados.

*Um prefeito precisa recuperar a economia da cidade, conectar escolas afastadas, substituir máquinas de escrever. Ele instala antenas de rádio e conecta a cidade inteira à Internet. A cidade prospera e as pessoas passam a usar mais a Internet. E então o prefeito fica sem dinheiro para manter a rede. Numa cidade do Rio de Janeiro, um prefeito transformou a rede em benfeitoria e pretende cobrar a manutenção no IPTU.*

A prefeitura de Sud Mennucci deu acesso grátis à Internet para a população. Isso foi em 2002. A população gostou e, em julho de 2008, ninguém conseguia acessar a Internet direito, por causa do congestionamento.

Sud Mennucci, a 614 quilômetros de São Paulo, foi uma das primeiras cidades a instalar antenas de rádio para conectar órgãos da prefeitura e dar acesso de banda larga à população. Cada usuário ligado à rede custa R\$ 6,50 para a prefeitura — o acesso é de graça. O dinheiro, diz Marcos Okajima, secretário de desenvolvimento econômico e social de Sud Mennucci, sai do orçamento da prefeitura, e “sem aumento dos impostos”. Enquanto a população usava pouco a rede, a prefeitura conseguia pagar. Agora, seis anos depois, o prefeito procura uma forma de sustentar a rede.

André Imar Kulczynski, diretor-presidente da empresa de informática de Porto Alegre, a Procempa, aprendeu: nenhuma prefeitura tem dinheiro para manter sozinha a rede de rádio. Em Porto Alegre, a prefeitura usa a economia com as contas telefônicas (de R\$ 7,5 milhões por ano) para pagar a manutenção da rede sem-fio. Mas se a rede crescer demais, a prefeitura terá de conseguir mais dinheiro.

## Conexões interurbanas

Em 2001, apenas 15 pessoas acessavam a Internet em Sud Mennucci. Faziam uma conexão discada e pagavam interurbano pela ligação, pois a cidade não tinha provedor de Internet. Algumas pessoas gastavam até R\$ 200,00 por mês. A prefeitura tinha uns cinco computadores — os funcionários usavam máquina de escrever e de fax. Era o mesmo cenário em Nova Venécia, Piraí e Rio das Flores.

O prefeito de Sud Mennucci decidiu informatizar a administração pública; comprou computadores e montou uma rede nova dentro da prefeitura. Mas os funcionários da prefeitura precisavam trocar informações com os funcionários de outros órgãos públicos. Com ajuda dos técnicos da usina do município, o prefeito analisou qual seria a melhor forma de montar uma rede fora da prefeitura, interligada à rede interna. Os técnicos de Sud Mennucci descobriram que os rádios do padrão Wi-Fi 802.11 eram uma alternativa rápida, barata e flexível.

Com uma antena, a prefeitura conectou a maioria dos prédios e abriu o acesso à Internet para a população. Com o tempo, o preço do enlace de Internet caiu: a prefeitura passou a pagar R\$ 5.800,00 por mês para a Telefônica oferecer conexão de 4 megabits por segundo. Desde o início do projeto, o prefeito queria garantir uma conexão de 64 kbps gratuita na casa do cidadão.

Algumas vezes, o pior índice de satisfação da administração pública de Sud Mennucci era provocado pelo acesso à Internet. “No começo não tínhamos técnicos de informática e as pessoas não entendiam de PC”, lembra Celso Junqueira (PSDB), prefeito de Sud Mennucci. Se o cidadão tinha qualquer problema com o PC, dizia que era problema na Internet da prefeitura. Políticos do próprio PSDB pediram a Celso para desligar a rede, pois ela prejudicava a imagem do partido.

Em Nova Venécia, cidade ao norte do Espírito Santo, um vereador da oposição fez várias denúncias contra o projeto que ligaria, por meio de antenas de rádio, as escolas com a Secretaria de Educação. A cada fase do projeto, o diretor de tecnologia da Secretaria de Educação recebia visitas importantes. Recebeu funcionários da Controladoria-Geral da União, do Ministério Público, da Polícia Federal, do Tribunal de Contas do Estado. O vereador da oposição o acusava de superfaturar o projeto, desperdiçar dinheiro e formar quadrilha.

## Mobilização pública

Em Nova Venécia, os técnicos conectaram 33 escolas à Secretaria da Educação. Por um portal na Internet, os professores colocam as notas e as faltas dos alunos. Os alunos e os pais acessam a grade de aula, as notas. A secretaria acompanha o desempenho e faz pesquisa de satisfação de escolas e professores. Outras cidades que instalaram conexão de alta velocidade à Internet e interligaram os postos da prefeitura também apresentam resultados positivos.

Em Piraí, no sul do Rio de Janeiro, 1.200 pessoas foram demitidas depois da privatização da Light, em meados dos anos 90. O prefeito de Piraí precisava recuperar a economia da cidade. Instalou antenas de rádio, abriu o acesso à Internet, comprou computadores para as escolas,

treinou professores e enfermeiros, criou cursos de música e outras artes. Em quatro anos, o faturamento de Pirai passou de R\$ 17 milhões para R\$ 90 milhões. Hoje, a cidade tem quatro provedores de Internet; 60% dos cidadãos têm Orkut — eles criaram a comunidade *Abra a Sorveteria, Juarez*, para convencer o único sorveteiro da cidade, o tal Juarez, a abrir a sorveteria nos dias mais quentes do verão e do carnaval. Para Juarez, em dias muito quentes ou com gente demais na cidade, as pessoas não saboreiam o sorvete, então ele mantém a sorveteria fechada.

O projeto de Pirai foi replicado em Rio das Flores, também no Rio de Janeiro — a rede começou a ser instalada em 2006 e ainda falta conectar um distrito à rede. O PIB da cidade, segundo Franklin Dias Coelho, coordenador do projeto de Pirai e de Rio das Flores, cresceu 300%.

Sud Mennucci ganhou duas universidades e duas empresas de informática; as duas empresas prestam consultoria para cidades interessadas em redes de rádio. Na cidade, até contam a história de uma jovem, filha de uma gari, que usou o computador da biblioteca pública para estudar pela Internet, e passou na faculdade de medicina.

## Cidadãos acomodados

A rede de Sud Mennucci tem cerca de mil usuários, e eles usam a Internet cada vez mais. O prefeito Celso Junqueira precisa comprar equipamentos e expandir a capacidade dos servidores para suportar o tráfego — e está difícil manter a rede gratuita para a população. O prefeito até avalia a hipótese de manter gratuito o acesso de 64 kbps, e de cobrar por acessos de velocidade maior.

As prefeituras não podem cobrar por serviços de telecomunicações, segundo a Anatel; só as operadoras podem. Mas, para as operadoras, não interessa instalar serviço de banda larga em cidades como Sud Mennucci ou Nova Venécia ou Pirai. Celso sugeriu que as pessoas de Sud Mennucci criassem uma cooperativa, que cuidaria da rede, cobraria pelo acesso e pagaria à prefeitura. Mas ninguém se mexeu.

O projeto de inclusão digital de Sud Mennucci



**Celso, de Sud Mennucci,** sugeriu que as pessoas criassem uma cooperativa. Ninguém se mexeu.

divulgação

## O Minicom planeja 150 cidades digitais

*O Ministério das Comunicações vai licitar equipamentos e serviços para montar 150 cidades digitais. Com a licitação, o Minicom espera levar banda larga sem-fio para realizar teleconferências, telemedicina e teleaulas no Brasil todo. O Minicom pretende montar um pregão presencial, na modalidade registro de preços, e comprar os equipamentos e serviços necessários para a montagem das cidades digitais. Com o registro de preços, outros órgãos do governo podem comprar serviços e equipamentos usando a licitação e os preços conseguidos pelo Minicom — sem licitação.*

*Mas o pregão nº 027/2008-MC já foi adiado algumas vezes. Segundo o pregoeiro Adailton de Brito Góis, responsável pelo processo, muita gente apresentou contestações técnicas ao Minicom. E por isso o pregão foi cancelado. Agora, o Minicom decidiu levar o assunto para consulta pública e só depois fazer o pregão. “A expectativa era licitar equipamentos para 150 cidades digitais”, diz o pregoeiro, “mas, com a consulta pública, tudo pode mudar.” A consulta pública, diz Adailton, só começa em 2009.*

é pioneiro e sempre deu boa publicidade. Por conta disso, o prefeito sempre conseguiu marcar reuniões com gente importante do estado. Celso aproveitou o privilégio para tentar conseguir um circuito da rede Intragov com a Prodesp, a empresa de informática do Estado de São Paulo. A Prodesp liberou um circuito de 8 Mbps em dezembro de 2007. O circuito triplicou a velocidade da rede de Sud Mennucci e já ajudou a economizar: a prefeitura vai pagar apenas pelo que usar do circuito da Intragov. Com um circuito maior, Celso quer instalar voz via IP, assim vai economizar também com a conta telefônica da prefeitura.

Em Pirai, depois que a prefeitura instalou a rede, passou a cobrar R\$ 39,00 por acesso de 128 kbps, e R\$ 90,00 por acesso de 512 kbps. Em 2004, a prefeitura pediu à Anatel uma licença de serviço de comunicação multimídia. A Anatel negou, e sugeriu que a prefeitura criasse uma cooperativa. A prefeitura recorreu. A discussão ficou na justiça até 2007. Nesse período, Franklin Dias Coelho, coordenador do projeto de Pirai, estudou o Estatuto das Cidades.

O estatuto sugere que as prefeituras com mais de 20 mil habitantes façam um Plano Diretor e Urbanístico para colocar as melhorias planejadas para a cidade. Água é benfeitoria. Esgoto é benfeitoria. “Transporte é benfeitoria”, diz Franklin, “e pode ser cobrado no IPTU.” Se a rede melhora a vida dos cidadãos, diz Franklin, se ajuda o cidadão a achar emprego ou a fazer um curso, então a rede também é benfeitoria.



**Franklin, coordenador da cidade digital de Rio das Flores:** o PIB da cidade cresceu 300%.

divulgação

## A rede como benfeitoria

Franklin buscou dentro do Estatuto das Cidades uma lei que sustentasse a rede de acesso à Internet como uma benfeitoria; e sugeriu à prefeitura de Pirai que incluísse a rede no plano diretor.

Mas a prefeitura de Pirai ainda esperava a decisão da Justiça sobre a cobrança pela rede. Quando o veredicto saiu, em 2007, a prefeitura não teve tempo para incluir a rede de acesso no plano diretor.

Franklin então tentou incluir a rede no plano diretor de Rio das Flores. O projeto de Rio das Flores era mais novo, dava tempo para fazer certo desde o começo. Franklin escreveu a proposta e encaminhou para a Câmara dos Deputados. Os deputados aprovaram. O prefeito publicou um decreto que inclui o projeto de cidade digital no plano diretor e cria um zoneamento digital.

O plano diretor diz que acesso à informação é um direito e garante a cidadania; diz que a formação de uma rede de banda larga com acesso à Internet é a garantia de ter informação; e que a prefeitura precisa de um fundo de tecnologia para oferecer essa rede. Rio das Flores foi então dividida em zonas digitais. Assim como as zonas urbanas seguem regras, explica Franklin, as zonas digitais também seguem regras para a instalação da rede de banda larga. “Assim como existem zonas urbanas especiais, teremos zonas onde a tarifa será mais baixa — nas regiões de baixa renda.”

A tarifa da rede é cobrada junto com o IPTU — é uma porcentagem em cima da velocidade da rede em cada zona na cidade. A tarifa foi criada em 2008 e passa a valer a partir de 2009.



**André, da Procempa:** nenhuma prefeitura tem dinheiro para manter sozinha a rede de rádio.

divulgação